

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2017, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2018, a CPFL Paulista cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de seus 4,5 milhões de clientes, em 234 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram um aumento de 0,4% em relação ao exercício de 2017. Destaca-se a classe residencial, que registrou um crescimento de 2,6% ante 2017.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente Macroeconômico

Após três anos de forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular em 2017 e 2018. Porém, diversas denúncias de corrupção e a greve dos caminhoneiros de maio de 2018 travaram a pauta de reformas e limitaram a velocidade da recuperação econômica.

Ademais, a demanda externa, que vinha ajudando na recuperação da economia doméstica até o começo de 2018, registrou perda de fôlego relevante. Alguns dos principais parceiros comerciais do Brasil, como a China e a União Europeia, vêm registrando significativa desaceleração, ao passo que a Argentina, principal destino de nossas exportações de manufaturados, tem enfrentado um período de expressiva contração econômica. Nesse cenário, a produção da indústria brasileira encerrou o ano passado praticamente estagnada.

Apesar da morosidade da recuperação econômica e da ainda elevada vulnerabilidade fiscal, diversos fundamentos macroeconômicos brasileiros registraram melhora ao longo do biênio 2017-18. O principal destaque foi a desaceleração da inflação e a ancoragem das expectativas

inflacionárias. O cumprimento confortável das metas de inflação, num contexto em que a ociosidade de nossa economia continua muito elevada, sobretudo no mercado de trabalho, permitiu ao Banco Central reduzir a taxa básica de juros para níveis historicamente baixos, ajudando a destravar o mercado de crédito.

O ano de 2019 se inicia com expectativas mais auspiciosas, como sugere a melhora de diversos indicadores financeiros. Com efeito, o risco-Brasil vem recuando ante a expectativa de que as reformas, sobretudo a previdenciária, serão retomadas no novo governo; e a bolsa de valores brasileira vem registrando ganhos significativos, na contramão dos movimentos de correção observados nas bolsas internacionais.

Num contexto de acomodação da cotação cambial, as expectativas inflacionárias têm permanecido ancoradas às metas: a mediana das projeções das instituições de mercado para a alta do IPCA, índice que baliza as metas de inflação, encontra-se ao redor de 4% para 2019², um pouco abaixo da meta de 4,25% estabelecida para este ano. Com isso, a expectativa é de que o Banco Central manterá a política monetária em terreno expansionista por um bom tempo. A mediana das projeções de mercado para a taxa básica Selic no encerramento deste ano encontra-se na casa de 7%¹ ao ano.

O impulso que a política monetária expansionista dará ao mercado de crédito, somado à tendência (ainda que lenta e irregular) de redução dos níveis de desemprego e de recuperação da massa de rendimentos, tenderá a amparar o consumo das famílias, que deverá continuar em moderada aceleração ao longo de 2019. Já a melhora da confiança empresarial, apoiada na expectativa de retomada das reformas, poderá conferir maior dinamismo à retomada do investimento – que, por ora, recuperou uma parte muito modesta da forte contração observada durante da recessão.

Apesar das expectativas mais alvissareiras, o cenário para 2019 continua a enfrentar riscos nada desprezíveis. O principal deles continua a ser de natureza política: uma eventual frustração com a retomada das reformas tenderia a provocar forte recrudescimento da volatilidade cambial e deterioração da confiança privada, com impactos sobre o consumo e o investimento. O ambiente externo, por sua vez, tende a seguir desafiador, com as principais economias mundiais atravessando um período de esfriamento.

Assim, as expectativas para o crescimento da economia brasileira continuam apontando para uma recuperação em ritmo ainda moderado. A mediana das projeções das instituições de mercado antecipa uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1% em 2018, conforme divulgado pelo IBGE, para cerca de 2,5% em 2019¹. A demanda externa enfraquecida e as medidas de ajuste fiscal, que pesam sobre o consumo do governo e sobre o investimento público, tendem a limitar a velocidade da recuperação no curto prazo. Assim, a expectativa é que o PIB recupere o nível real do começo de 2014 apenas em meados de 2020¹

Tarifas de energia elétrica

4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (RTP):

Em 03 de abril de 2018, por meio da Resolução Homologatória nº 2.381, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Paulista em 12,68%, sendo 8,67% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e 4,01% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 16,90% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 5,53% e da Parcela B de 3,14%. As novas tarifas entraram em vigor em 08 de abril de 2018.

² Dados da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, referentes à 18/01/19.

3. Desempenho operacional

Clientes: a CPFL Paulista encerrou o ano com 4,5 milhões de clientes, com acréscimo de 107 mil consumidores, representando um crescimento de 2,4%.

Vendas de energia

Em 2018, as vendas para o mercado cativo totalizaram 20.540 GWh, um aumento de 0,4% em relação a 2017.

Destacam-se as classes residencial e comercial, que juntas representam 66,4% do total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora:

- **Classe Residencial:** aumento de 2,6%, refletindo a retomada da atividade econômica.
- **Classes Industrial e Comercial:** reduções de 7,6% e 2,2%, respectivamente, refletindo principalmente a migração de clientes para o mercado livre.

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a CPFL Paulista obteve em 2018 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 85,7%, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee. O índice foi superior à média nacional de 76,0%.

Fornecimento de energia: a CPFL Paulista desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2018, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 6,17 horas e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,01 vezes, entre os menores do setor.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 15.818 milhões, representando um aumento de 6,3% (R\$ 931 milhões), decorrente principalmente: (i) do aumento de 11,9% (R\$ 1.280 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (ii) do aumento de 18,3% (R\$ 22 milhões) na atualização do ativo financeiro da concessão; (iii) do aumento de 16,8% (R\$ 293 milhões) em outras receitas operacionais.

Isso foi parcialmente compensado (iv) pelas reduções de 53,0% (R\$ 360 milhões) no suprimento de energia elétrica, (v) pela variação de R\$ 152 milhões nos ativos e passivos financeiros setoriais, uma redução de 19,2% em relação ao ano anterior e (vi) pela redução de 18,8% (R\$ 152 milhões) na receita com construção da infraestrutura.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 5.925 milhões, apresentando um aumento de 6,6% (R\$ 365 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 9.893 milhões, representando um aumento de 6,1% (R\$ 566 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

<i>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA (em milhares)</i>		
	2018	2017
Lucro Líquido	649.516	280.354
Amortização	258.074	235.798
Resultado Financeiro	76.911	220.475
Contribuição Social	80.742	33.074
Imposto de Renda	221.760	90.622
EBITDA	1.287.003	860.323

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 1.287 milhões, um aumento de 49,6% (R\$ 427 milhões), devido principalmente aos seguintes fatores: (i) aumento de 6,1% (R\$ 566 milhões) na receita líquida; (ii) pela redução de 18,8% (R\$ 152 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor e pela (iii) redução de 2,0% (R\$ 24 milhões) no PMSO (Despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros, Outros custos/despesas operacionais e Entidade de Previdência Privada). Estas variações foram parcialmente compensadas pelo (iv) aumento no custo com energia elétrica, que registrou uma variação de 4,9% (R\$ 316 milhões).

A redução de 2,0% (R\$ 24 milhões) no PMSO da CPFL Paulista deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- ✓ Redução de 9,4% (R\$ 25 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
- ✓ Redução de 26,2% (R\$ 22 milhões) no item Entidade de Previdência Privada.
- ✓ Aumento de 5,4% (R\$ 20 milhões) nas despesas com serviços de terceiros
- ✓ Aumento de 0,2% (R\$ 1 milhão) nas despesas com pessoal;
- ✓ Aumento de 2,6% (R\$ 2 milhões) nas despesas com material.

Lucro líquido: Em 2018, a CPFL Paulista apurou lucro líquido de R\$ 650 milhões, um aumento de 132% (R\$ 369 milhões), refletindo principalmente o aumento de 49,6% no EBITDA (R\$ 427 milhões) e também a redução de 65,1% (R\$ 144 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Estas variações foram parcialmente compensadas pelo aumento de (i) R\$ 179 milhões no Imposto de Renda e Contribuição Social e pelo (ii) aumento da amortização do intangível da concessão (9,4% ou R\$ 22 milhões).

Endividamento: no final de 2018, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Paulista atingiu R\$ 4.116 milhões, representando um aumento de 29,4%.

5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 616 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Paulista desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visam promover o desenvolvimento sustentável e são incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

Plataforma de sustentabilidade: ferramenta de gestão, com indicadores e metas relacionadas a temas relevantes para a sustentabilidade no Grupo CPFL, definidos com base em seu posicionamento e sua estratégia, bem como na perspectiva dos principais públicos de relacionamento. A partir de 2018, incorporamos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Comitê de sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a Plataforma, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da Companhia.

Mudança do Clima: mantemos foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, atuando junto a iniciativas nacionais e internacionais.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): Atualmente, o SGDE é composto por 7 elementos, considerados chaves para a atuação da holding e de suas empresas controladas na cultura da gestão da ética, que são: (i) Código de Conduta Ética; (ii) Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET); (iii) Regimento Interno do COMET; (iv) Canal Externo de Ética; (v) CPD (Comissão de Processamento de Denúncias); (vi) Plano de Divulgação; e (vii) Capacitação. Podemos destacar as seguintes ações realizadas em 2018: a) Pílulas da Integridade (comunicados internos) específicas sobre diretrizes do Código de Conduta Ética; b) Treinamentos presenciais sobre Integridade e Ética para Público Sensível (Jurídico, Regulatório, RH, Poder Público), Eletricistas e colaboradores da CPFL Atende (Call Center); c) Evento para celebrar o dia Internacional Contra a Corrupção que, entre outras ações, contou com um debate sobre o tema e a participação do Presidente da CPFL Energia à época (Andre Dorf) e demais convidados: Alípio Casali (Filósofo e Membro do Comitê de Ética), Ricardo Voltolini (Consultor e Escritor) e Marcela Varani (Jornalista); d) Palestra sobre Integridade, Compliance e Ética proferida por renomado profissional de *Compliance* do mercado para os executivos da CPFL Energia. O Comitê de Ética e Conduta Empresarial também realizou 11 reuniões em 2018 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, bem como para analisar as sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

Relacionamento com a comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Paulista atua, destacam-se: **(i) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (1% I.R.)** – Em 2018, a CPFL Paulista destinou R\$ 900.000,00 para o Fundo Municipal da Criança e

Adolescente de oito cidades da área de concessão. O repasse irá apoiar no fortalecimento dos conselhos municipais; **(ii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso – CMDI (1% I.R.)** – Em 2018, a CPFL Paulista destinou R\$ 900.000,00 ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa de um município para apoiar projeto de desenvolvimento tecnológico e programas da ala de idosos do Hospital do Câncer de Barretos/SP; **(iii) Apoio ao Pronon – Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (1% I.R.)** – Em 2018, a CPFL Paulista destinou R\$ 900.000,00 para apoiar projetos de ampliação tecnológica de Hospitais de Atendimento à Pessoas com Câncer em dois municípios dentro da área de interesse; **(iv) Voluntariado** – Em 2018 foram desenvolvidas 7 ações que envolveram cerca de 280 participações voluntárias. As ações desenvolvidas em 3 cidades da área de concessão beneficiaram aproximadamente 1.500 pessoas diretamente; **(v) Projeto ToLife** - Implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2018, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas, incluindo a unidade de atendimento da UNICAMP e uma unidade de saúde em Americana. O investimento foi de R\$ 152 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(vi) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - Visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com a efetividade da Lei 12.244/10, que determina que até 2020 todas as instituições de ensino do País devem ter uma biblioteca. Em 2018, foi concluída a implementação de 02 bibliotecas no estado de São Paulo, nos municípios de Marília e Bebedouro. O investimento foi de R\$ 146 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(vii) Eficiência energética (0,5% da ROL)** – O objetivo do Programa de Eficiência Energética é promover o uso eficiente e racional de Energia Elétrica por meio de projetos. Em 2018, investimos R\$ 30 milhões em projetos de Eficiência Energética. Contabilizamos, ainda, a conclusão de 16 projetos durante o ano de 2018, dos quais apuramos os seguintes quantitativos: entre os clientes de baixo poder aquisitivo, foram atendidas 36.113 residências com a substituição de 1.000 geladeiras, 20.000 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED), instalação de 3.500 aquecedores solares e 3.600 trocadores de calor; entre os clientes da tipologia de Poder Público, Serviço Público, Industrial, Comercial ou Residencial, foram contabilizados o atendimento de 8 Prédios Públicos, 2 Hospitais, 3 Prédios Comerciais e 3.959 residências, resultando na substituição de 60.873 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED), 19 bombas, 1 Chiller, 10 equipamentos de ar condicionado e 3.959 geladeiras; na tipologia Educacional, contabilizamos a capacitação de 20.866 alunos de 236 escolas de 23 municípios; por fim, contabilizamos a substituição de 305 motores em 8 indústrias no Projeto Prioritário da ANEEL de Bônus Motores. Em 2018 foram apropriados R\$ 36,3 milhões para o Programa de eficiência energética (0,4%) e R\$ 9,1 milhões (0,1%) foram provisionados, conforme Lei 13.280/2016, a serem repassadas oportunamente para o PROCEL. **(viii) Escola de Eletricista** é realizada em parceria com o SENAI, em mais de 10 Centros de Treinamentos só no estado de São Paulo, visando qualificar mão de obra na atividade de eletricista de Distribuição e mitigar riscos advindos do apagão deste profissional no mercado. Constitui um investimento social por oferecer qualificação gratuita na comunidade em que atua, além de propiciar oportunidade, pois a empresa tem contratado muitos desses novos eletricistas. Em 2018, concluímos a formação de 45 novos eletricistas e 47 ainda estão em treinamento. Ao todo, foram 27 contratados.

Gestão ambiental: **(i)** a empresa possui certificação ISO 14001 no escopo “Convivência da rede de distribuição urbana de energia elétrica com o meio ambiente e serviços da transmissão de energia elétrica”; **(ii)** suas Estações Avançadas são periodicamente avaliadas quanto aos riscos ambientais e requisitos legais, com estabelecimento de um ranking e de um plano de ação para melhorias; **(iii)** para situações de emergências ambientais, a distribuidora possui contrato com empresa especializada, além de um seguro. Para ocorrências de menor extensão, kits de emergência estão disponíveis para uso imediato; **(iv)** em 2018, a empresa realizou o inventário de emissões de gases de efeito estufa relativas a 2017, integrante do inventário da CPFL Energia, reconhecido com Selo Ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol; **(v)** deu continuidade ao Projeto Arborização + Segura, firmando parceria com a prefeitura de Hortolândia, para revitalização da arborização urbana desse município, por meio da substituição de árvores que ofereçam risco à população e à rede elétrica por espécies que demandem menos podas e convivam melhor com a rede.

7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela CPFL Paulista para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2018, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária, regulatória e Sox).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Outros serviços de <i>compliance</i> tributário	01/09/2017	24 meses
Procedimentos previamente acordados - Retificações tributárias de anos anteriores	03/05/2018 e 05/07/2018	12 meses
Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2017	18/05/2018	24 meses
Treinamento IFRS	14/09/2018	Inferior a 1 ano
Assessoria tributária relacionadas as obrigações SISCOSEV e EFD Contribuições Pis/Cofins	04/10/2018	24 meses

Contratamos um total de R\$ 451 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 47% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox referentes ao exercício social de 2018 da Companhia.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Paulista agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2018. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
	explicativa		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	197.579	713.796
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	1.738.965	1.417.300
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	1.338	3.303
Outros tributos a compensar	7	58.705	78.336
Derivativos	30	65.435	205.685
Ativo financeiro setorial	8	665.868	159.025
Estoques		8.798	8.191
Outros créditos	11	227.333	229.832
Total do circulante		2.964.022	2.815.468
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	49.326	59.886
Depósitos judiciais	19	474.095	452.074
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	61.777	58.387
Outros tributos a compensar	7	58.240	60.894
Ativo financeiro setorial	8	122.121	114.523
Derivativos	30	80.955	63.119
Créditos fiscais diferidos	9	250.933	222.233
Ativo financeiro da concessão	10	3.026.780	2.626.291
Outros créditos	11	11.056	27.043
Ativo contratual em curso	12	430.279	-
Intangível	12	1.823.907	2.171.601
Total do não circulante		6.389.470	5.856.050
Total do ativo		9.353.492	8.671.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Fornecedores	13	1.026.612	1.463.281
Empréstimos e financiamentos	14	372.081	1.351.141
Debêntures	15	82.310	148.921
Entidade de previdência privada	16	64.647	45.606
Taxas regulamentares	17	62.412	267.563
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	10.167	1.657
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	299.927	253.198
Mutuo com coligadas, controladas e controladora	27	-	180.772
Dividendo e juros sobre capital próprio	21	202.810	49.798
Obrigações estimadas com pessoal		39.857	38.378
Derivativos	30	-	5.236
Outras contas a pagar	20	245.759	215.216
Total do circulante		2.406.582	4.020.768
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	1.649.787	855.938
Debêntures	15	2.151.666	1.068.942
Entidade de previdência privada	16	856.082	658.829
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	273.904	236.680
Derivativos	30	6.231	19.888
Adiantamento para futuro aumento de capital	27	-	350.000
Outras contas a pagar	20	98.374	90.069
Total do não circulante		5.036.044	3.280.347
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		1.273.423	923.423
Reserva de capital		179.192	179.192
Reserva legal		81.435	48.959
Reserva de retenção de lucros para investimento		109.658	109.658
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		-	404.298
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		442.645	-
Dividendo		397.190	118.321
Resultado abrangente acumulado		(572.677)	(413.448)
Total do patrimônio líquido		1.910.866	1.370.403
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.353.492	8.671.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2018	2017
Receita operacional líquida	23	9.892.570	9.326.596
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	24	(6.769.557)	(6.453.927)
Custo de operação	25	(763.810)	(765.780)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(657.637)	(808.921)
Lucro operacional bruto		1.701.566	1.297.968
Despesas operacionais	25		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(67.547)	(58.527)
Outras despesas com vendas		(217.211)	(215.779)
Despesas gerais e administrativas		(357.233)	(367.038)
Outras despesas operacionais		(30.645)	(32.099)
Resultado do serviço		1.028.929	624.525
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		278.636	292.301
Despesas financeiras		(355.546)	(512.776)
		(76.911)	(220.475)
Lucro antes dos tributos		952.019	404.050
Contribuição social	9	(80.742)	(33.074)
Imposto de renda	9	(221.760)	(90.622)
		(302.502)	(123.696)
Lucro líquido do exercício		649.516	280.354
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	22	0,74	0,31
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	22	-	0,34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	649.516	280.354
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	(173.247)	95.462
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	5.228	-
Resultado abrangente do exercício	481.497	375.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros						Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Reserva estatutária - reforço de capital de giro				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	905.948	196.667	34.941	109.658	322.867	-	2.228	(508.909)	-	1.063.400
Resultado abrangente total										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	280.354	280.354
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuarias	-	-	-	-	-	-	-	95.462	-	95.462
Mutações internas do patrimônio líquido										
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	14.018	-	-	-	-	-	(14.018)	-
Movimentação da reserva estatutária no exercício	-	-	-	-	81.431	-	-	-	(81.431)	-
Transações de capital com os acionistas										
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(49.798)	(49.798)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	23.201	-	(23.201)	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	95.120	-	(111.905)	(16.785) ⁽¹⁾
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	-	(2.228)	-	-	(2.228)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	923.423	179.192	48.959	109.658	404.298	-	118.321	(413.448)	-	1.370.403
Resultado abrangente total										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	649.516	649.516
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuarias	-	-	-	-	-	-	-	(173.247)	-	(173.247)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	14.018	(8.790)	5.228
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.453)	(18.453)
Mutações internas do patrimônio líquido										
Constituição da reserva legal	-	-	32.476	-	-	-	-	-	(32.476)	-
Constituição de reserva estatutária - reforço de capital de giro.	-	-	-	-	-	-	442.645	-	(442.645)	-
Reversão da reserva estatutária no exercício - AGE de 27/04/2018 (nota 21.3)	-	-	-	-	(404.298)	-	-	-	404.298	-
Transações de capital com os acionistas										
Aumento de capital	350.000	-	-	-	-	-	-	-	-	350.000
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.597)	(24.597)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	397.190	-	(397.190)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(129.663)	(129.663)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(118.321)	-	-	(118.321)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.273.423	179.192	81.435	109.658	-	442.645	397.190	(572.677)	-	1.910.866

(1) Montante referente ao pagamento de imposto de renda sobre os Juros sobre o Capital Próprio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro antes dos tributos	952.019	404.050
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	258.074	235.798
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	78.906	107.630
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67.547	58.527
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	94.363	295.635
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	62.330	84.501
Perda (ganho) na baixa de não circulante	30.668	32.281
	1.543.907	1.218.422
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(406.191)	(18.337)
Tributos a compensar	20.860	(18.016)
Depósitos judiciais	138	(235.993)
Ativo financeiro setorial	(476.927)	(227.495)
Contas a receber - CDE	10.569	(22.845)
Outros ativos operacionais	(20.312)	30.852
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(436.669)	250.975
Outros tributos e contribuições sociais	25.210	(60.219)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(66.610)	(48.785)
Taxas regulamentares	(205.151)	98.842
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(69.428)	(95.250)
Passivo financeiro setorial	-	(427.075)
Contas a pagar - CDE	2.017	(2.430)
Outros passivos operacionais	49.017	(3.927)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	(29.570)	438.719
Encargos de dívida e debêntures pagos	(186.187)	(409.519)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(266.625)	(83.328)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(482.382)	(54.128)
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	15.859	714
Adições de ativo contratual em curso	(616.479)	-
Adições de intangível	-	(745.442)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(600.621)	(744.728)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	2.762.403	685.463
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(2.218.908)	(1.900.200)
Liquidação de operações com derivativos	304.716	(26.256)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	350.000
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(100.120)	(2.228)
Operações de mútuo com controladas e coligadas	(181.305)	180.783
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	566.787	(712.438)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(516.217)	(1.511.295)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	713.796	2.225.091
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	197.579	713.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
1 - Receita	15.750.133	14.828.243
1.1 Receita de venda de energia e serviços	15.162.263	14.079.453
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	655.417	807.317
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(67.547)	(58.527)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(8.834.157)	(8.666.657)
2.1 Custo com energia elétrica	(7.509.655)	(7.189.473)
2.2 Material	(457.469)	(557.180)
2.3 Serviços de terceiros	(607.582)	(636.075)
2.4 Outros	(259.450)	(283.929)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	6.915.976	6.161.587
4 - Retenções	(258.746)	(236.409)
4.1 Amortização	(258.746)	(236.409)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	6.657.231	5.925.178
6 - Valor adicionado recebido em transferência	295.682	309.210
6.1 Receitas financeiras	295.682	309.210
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	6.952.912	6.234.388
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	452.708	478.005
8.1.1 Remuneração direta	226.351	231.433
8.1.2 Benefícios	207.298	227.723
8.1.3 F.G.T.S	19.059	18.849
8.2 Impostos, taxas e contribuições	5.486.434	4.957.992
8.2.1 Federais	3.080.747	2.751.446
8.2.2 Estaduais	2.399.515	2.201.093
8.2.3 Municipais	6.172	5.454
8.3 Remuneração de capital de terceiros	364.254	518.037
8.3.1 Juros	361.650	515.353
8.3.2 Aluguéis	2.605	2.684
8.4 Remuneração de capital próprio	649.516	280.354
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	129.663	111.905
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	421.787	72.999
8.4.3 Lucros retidos	98.066	95.449
	6.952.912	6.234.388

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,5 milhões de consumidores.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpf.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 8 de março de 2019.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e

adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (determinados componentes financeiros que podem surgir sem metodologia prévia);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos, nota 30);
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 – Intangível e Ativo contratual em curso (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 23 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3)SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2018 descritas na nota explicativa 3.14.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação de determinadas novas normas contábeis, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas,

sendo os efeitos cumulativos das aplicações iniciais reconhecidos em 1º de janeiro de 2018 diretamente em Lucros Acumulados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que sejam registrados nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado, e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 23).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.3 Instrumentos financeiros

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Os ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Esses ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos para venda	Os ativos são mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, (exceto as perdas por <i>impairment</i> , juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida), são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado.

Os direitos de indenização ao final do prazo de concessão da Companhia estão classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e as alterações no valor justo deste ativo são registrados no resultado do exercício.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Valor justo por meio do resultado (VJR): Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 30). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

- o termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- o Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.
- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 30.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual em curso

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inseríveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

- Ativos financeiros

O CPC 48 requer o modelo de perda de crédito esperada, em lugar do modelo de perda de crédito “incorrida” mencionada no CPC 38.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis, tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões com base em suas taxas de inadimplência observadas históricas ao longo da vida esperada das contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (Expected Credit Losses), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida como o *ágio*, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: *ágio*, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo *ágio*, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, reconhecidos por competência em conformidade com o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- ii. Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.9 Reconhecimento de receita

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os

valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

3.12 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (nota 23.3) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato, nos termos do CPC 07.

3.13 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. A receita da Companhia é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificável como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa

diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos orçados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos orçados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.14 Novas normas e interpretações vigentes

Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2018:

a) CPC 48 - Instrumentos financeiros

Aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, a norma CPC 48, estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros passam a ser classificados em três categorias, baseados no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado e; (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, no lugar do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Isso significa dizer que não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito.

Com relação às modificações relacionadas à contabilização de *hedge*, o CPC 48 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de *hedge* previstos no CPC 38, mas traz maior flexibilidade no que tange aos tipos de transações elegíveis à contabilização de *hedge*. Houve a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de *hedge*. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do *hedge* não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

A Companhia possui ativos relevantes registrados na rubrica de ativo financeiro da concessão, anteriormente classificados como “disponíveis para venda”, de acordo com os requerimentos do CPC 38. Estes ativos representam o direito à indenização ao final do prazo de concessão da Companhia. A designação destes instrumentos como disponíveis para venda ocorreu em função da não classificação nas outras três categorias descritas no CPC 38 (empréstimos e recebíveis, valor justo contra o resultado e mantidos até o vencimento). Estes ativos passaram a ser classificados como mensurados ao valor justo contra resultado de acordo com a nova norma CPC 48 e os efeitos da mensuração subsequente deste ativo são registrados no resultado do exercício. No exercício de 2018 o valor registrado referente a este ativo era de R\$ 3.026.780 (R\$ 2.626.291 em 2017) e não houve impactos na mensuração dos saldos decorrentes da mudança de classificação proveniente da adoção do CPC 48.

Os ativos financeiros setoriais registrados na Companhia relativos ao mecanismo de definição de tarifa, quanto a diferença temporal entre os custos orçados e aqueles que são efetivamente incorridos, eram registrados anteriormente como “empréstimos e recebíveis” de acordo com os requerimentos do CPC 38. Após a aplicação do CPC 48, estes ativos financeiros passaram a ser classificados como custo amortizado. No exercício de 2018 o valor registrado referente a estes ativos é de R\$ 787.990 (R\$ 273.549 em 2017) e não houve impactos nos saldos decorrentes da mudança de classificação.

Desta forma, não houve nenhum impacto relevante de mensuração nas demonstrações financeiras da Companhia em função da adoção inicial relacionada à classificação de ativos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia não aplica a contabilização de *hedge*, a Administração concluiu que não houve impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras em função das alterações da norma sobre este tópico.

Com relação às mudanças ao cálculo de *impairment* de instrumentos financeiros, os efeitos acumulados da adoção inicial foram reconhecidos de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2018, totalizando uma redução da rubrica de “consumidores, concessionárias e permissionárias” de R\$ 27.960 (R\$ 18.453 líquido dos efeitos tributários).

Com as mudanças do risco de crédito, os passivos financeiros que estavam designados a valor justo contra o resultado até o exercício de 2017, geraram impactos nos registros referentes às mudanças no risco de crédito em outros resultados abrangentes, em vez de diretamente no resultado do exercício. Os efeitos acumulados da adoção inicial foram reconhecidos de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2018, totalizando uma perda de R\$ 13.318 (R\$ 8.790 líquido dos efeitos tributários) em lucros acumulados, cuja contrapartida foi a conta de outros resultados abrangentes.

b) CPC 47 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47 estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e substituiu o antigo guia de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) - Receitas, CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

De acordo com os requerimentos do pronunciamento, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelece um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes. A partir de 1º de janeiro de 2018, a Administração da Companhia avaliou os efeitos em suas demonstrações financeiras contemplando o novo modelo das cinco etapas mencionadas acima e a compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos considerados como contraprestação variável de acordo com o passo (iii) acima e passou a ser registrada como receita operacional, na rubrica Outras Receitas, sendo que até 31 de dezembro de 2017 era registrada em Outras Despesas Operacionais. O montante registrado no exercício de 2018 foi de R\$ 13.932 (nota 23).

A Companhia possui ativos de infraestrutura da concessão que durante o período de construção, eram anteriormente registrados na rubrica de intangível. Estes ativos passaram a ser registrados na rubrica de ativo contratual em curso de acordo com os requerimentos do CPC 47. Esta mudança não apresentou impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia (nota 3.4 – intangíveis e ativos contratuais em curso).

c) ICPC 21 – Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Divulgada em 21 de dezembro de 2017, a ICPC 21 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. A ICPC 21 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

As transações em moeda estrangeira da Companhia restringem-se, atualmente, aos instrumentos de dívida com instituições financeiras internacionais, mensuradas a valor justo, e à aquisição de energia de Itaipu. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo desta interpretação e que não há antecipações de pagamentos nas operações com Itaipu, a Administração da Companhia avalia que a ICPC 21 não causou nem causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.15 Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

a) CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A Companhia avaliou o potencial efeito da aplicação inicial do CPC 06 (R2) e espera um impacto imaterial nas demonstrações financeiras.

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06 (R2) será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o pronunciamento, e espera que sua adoção não causará impactos materiais nestas demonstrações financeiras.

b) ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela Companhia.

A ICPC 22 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação preliminarmente e não espera impactos materiais na adoção desta interpretação.

c) Melhorias Anuais às IFRS / Ciclo 2015 - 2017

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. Em 12 de dezembro de 2017 foram publicadas medidas referentes ao ciclo 2015-2017, com início a partir de 1º de janeiro de 2019:

IAS 12 Imposto de Renda - esclarece os requisitos sobre as exigências dos efeitos do reconhecimento do imposto de renda de dividendos referentes as transações ou eventos que geraram lucros a distribuir.

IAS 23 Custos de Empréstimos - esclarece que se qualquer empréstimo permanecer em aberto após o ativo relacionado estar disponível para uso ou venda, esse empréstimo torna-se parte dos recursos que uma entidade toma emprestado geralmente ao calcular a taxa de capitalização sobre empréstimos em geral.

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do

passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor atualizado nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldos bancários	158.142	137.586
Aplicações financeiras	<u>39.437</u>	<u>576.210</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	84.310
Certificado de depósito bancário (b)	230	375.138
Operações compromissadas em debêntures (b)	39.207	-
Fundos de investimento (c)	-	116.762
Total	<u>197.579</u>	<u>713.796</u>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,3% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média de 79% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2018	31/12/2017
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	332.245	296.915	37.684	666.844	493.820
Industrial	89.412	35.972	36.035	161.419	166.011
Comercial	125.186	48.739	11.507	185.432	145.624
Rural	27.977	8.024	2.017	38.018	29.938
Poder público	37.564	6.954	945	45.462	47.062
Iluminação pública	32.277	4.783	1.101	38.161	33.237
Serviço público	51.849	11.914	2.240	66.002	52.998
Faturado	696.510	413.301	91.529	1.201.338	968.690
Não faturado	508.651	-	-	508.651	442.786
Parcelamento de débito de consumidores	87.024	13.290	13.821	114.136	101.999
Operações realizadas na CCEE	42.486	-	-	42.486	5.458
Concessionárias e permissionárias	4.426	-	-	4.426	5.164
Outros	226	-	-	226	357
	1.339.323	426.591	105.350	1.871.263	1.524.454
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(132.297)	(107.154)
Total				1.738.965	1.417.300
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	44.323	-	-	44.323	64.188
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003
	49.326	-	-	49.326	69.191
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				-	(9.306)
Total				49.326	59.886

Parcelamento de débitos de consumidores - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores, principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores, principalmente através de repasse de arrecadação de ICMS com interveniência bancária.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2016	(103.697)	(6.568)	(110.265)
Provisão revertida (constituída) líquida	(121.862)	(999)	(122.861)
Recuperação de receita	64.334	-	64.334
Baixa de contas a receber provisionadas	44.766	-	44.766
Saldo em 31/12/2017	(116.459)	(7.567)	(124.026)
Provisão revertida (constituída) líquida	(124.027)	(136)	(124.163)
Recuperação de receita	56.616	-	56.616
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	(27.674)	(286)	(27.960)
Baixa de contas a receber provisionadas	79.248	-	79.248
Saldo em 31/12/2018	(132.297)	(7.988)	(140.285)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2018	31/12/2017
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.338	3.303
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.338	3.303
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	9.691	31.663
ICMS a compensar	44.052	39.387
Programa de integração social - PIS	869	1.259
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.012	3.803
Instituto nacional de seguridade social - INSS	-	2.138
Outros	81	86
Outros tributos a compensar	58.705	78.336
Total circulante	60.043	81.639
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	61.777	58.387
Imposto de renda e contribuição social a compensar	61.777	58.387
ICMS a compensar	58.240	60.894
Outros tributos a compensar	58.240	60.894
Total não circulante	120.017	119.281

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - Refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

Contribuição social a compensar - CSLL - No não circulante, refere-se basicamente à decisão favorável em ação judicial movida pela Companhia, transitada em julgado. A Companhia está aguardando decisão judicial (pendente de julgamento no STJ) para permissão do trâmite regular de habilitação do crédito junto à Receita Federal para realizar a compensação sistêmica e financeira do crédito.

ICMS a compensar – Refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2017			Receita operacional (nota 23)		Resultado financeiro (nota 26)	Recebimento		Saldo em 31/12/2018		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 23.4)		Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	357.592	(56.314)	301.277	697.352	10.027	38.820	(164.196)		770.013	113.266	883.280
CVA (*)											
CDE (**)	(146.830)	(62.389)	(209.219)	127.553	139.805	(7.059)	-		83.225	(32.145)	51.080
Custos energia elétrica	828.750	(115.395)	713.355	271.355	(305.795)	43.394	(164.196)		309.246	248.867	558.113
ESS e EER (***)	(561.995)	43.458	(518.537)	(326.861)	410.829	(29.759)	-		(308.610)	(155.720)	(464.330)
Proinfra	(589)	(1.437)	(2.027)	3.220	(245)	115	-		244	819	1.063
Rede básica	(40.276)	1.448	(38.828)	39.724	22.364	12	-		33.913	(10.642)	23.271
Repasse de Itaipu	478.415	18.806	497.221	545.241	(385.671)	34.109	-		560.709	130.191	690.900
Transporte de Itaipu	(3.440)	1.414	(2.026)	17.570	(200)	310	-		16.175	(521)	15.654
Neutralidade dos encargos setoriais	(2.454)	22.645	20.190	(21.970)	(23.719)	(886)	-		(26.773)	389	(26.384)
Sobrecontratação	(193.989)	35.136	(158.852)	41.520	152.661	(1.416)	-		101.884	(67.972)	33.913
Outros componentes financeiros	(12.546)	(15.182)	(27.728)	(133.603)	67.348	(1.307)	-		(76.409)	(18.881)	(95.290)
Total	345.046	(71.496)	273.549	563.749	77.374	37.513	(164.196)		693.604	94.385	787.990
Ativo circulante			159.025								665.868
Ativo não circulante			114.523								122.121

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

a) CVA

Referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

b) Neutralidade dos encargos setoriais

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados relativos a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

c) Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

d) Outros componentes financeiros

Refere-se principalmente à: (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que será amortizado quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica; (ii) ressarcimento de P&D do valor recolhido a maior ao Tesouro Nacional, no período de 2010 a 2012, referente ao adicional de 0,30% sobre Receita operacional líquida (ROL); (iii) recálculos de processos tarifários anteriores e (iv) efeito tarifário decorrente de acordo bilateral entre partes signatárias de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1- Composição dos créditos fiscais:

	31/12/2018	31/12/2017
Crédito de contribuição social		
Bases negativas	-	4.716
Benefício fiscal do intangível incorporado	41.246	45.872
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	25.177	8.174
Subtotal	66.423	58.762
Crédito de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	-	13.343
Benefício fiscal do intangível incorporado	114.572	127.421
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	69.938	22.707
Subtotal	184.510	163.471
Total	250.933	222.233

9.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. Nos exercícios de 2018 e 2017, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,0%.

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2018		31/12/2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21.995	61.099	19.341	53.724
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.626	35.071	11.162	31.006
Provisão energia livre	6.859	19.054	6.509	18.081
Programas de P&D e eficiência energética	15.005	41.679	12.075	33.543
Provisão relacionada a pessoal	1.878	5.216	1.556	4.321
Derivativos	(13.541)	(37.613)	(23.344)	(64.844)
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(2.277)	(6.324)	(2.532)	(7.034)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(68.267)	(189.631)	(55.131)	(153.143)
Perdas atuariais (CPC)	21.612	60.035	21.612	60.035
Instrumentos financeiros (CPC)	(1.328)	(3.689)	(296)	(822)
Outros	865	2.403	-	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	29.750	82.639	17.222	47.840
Total	25.177	69.938	8.174	22.707

9.4 – Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, benefício fiscal do intangível incorporado estão baseados no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2019	76.870
2020	66.508
2021	53.552
2022	34.657
2023	96.022
2024 a 2027	245.994
Total	573.602

9.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2018 e 2017:

	2018		2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	952.019	952.019	404.050	404.050
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Realização correção monetária complementar	1.623	-	1.880	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(4.749)	(4.749)	(2.002)	(2.002)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	72.260	72.260	70.516	70.516
Juros sobre o capital próprio	(129.663)	(129.663)	(111.905)	(111.905)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	5.650	(2.828)	4.951	1.831
Base de cálculo	897.140	887.039	367.490	362.490
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(80.742)	(221.760)	(33.074)	(90.622)
Corrente	(74.072)	(202.991)	(22.852)	(62.135)
Diferido	(6.670)	(18.769)	(10.222)	(28.487)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Realização correção monetária complementar - Refere-se à depreciação da parcela de custo incremental da correção monetária complementar instituída pela Lei nº 8.200/1990, não dedutível para fins de apuração da contribuição social.

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 25.439 referem-se a (i) prejuízo fiscal e base negativa (R\$ 18.059); (ii) benefício fiscal do intangível incorporado (R\$ 17.475) e (iii) receita de diferenças temporárias (R\$ 10.095).

9.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2018 e 2017 foram os seguintes:

	2018		2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	220.573	220.573	(144.640)	(144.640)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(19.852)	(55.143)	13.018	36.160
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	7.324	20.345	-	-
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(12.527)	(34.798)	13.018	36.160

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2016	2.127.140
Adições	384.666
Ajuste ao valor justo	126.041
Baixas	<u>(11.556)</u>
Saldo em 31/12/2017	2.626.291
Adições	263.993
Ajuste ao valor justo	151.930
Baixas	<u>(15.433)</u>
Saldo em 31/12/2018	<u>3.026.780</u>

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição “VNR” – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23) no resultado do exercício.

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos - Fundação CESP	2.748	4.334	5.751	5.751
Cauções, fundos e depósitos vinculados	759	3.932	-	16.377
Ordens em curso	50.544	66.549	-	-
Serviços prestados a terceiros	6.110	4.448	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	573	573
Despesas antecipadas	29.135	24.491	3.450	3.134
Contas a receber - CDE	91.967	102.536	-	-
Adiantamentos a funcionários	5.982	5.420	-	-
Outros	48.076	25.689	1.282	1.208
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	<u>(7.988)</u>	<u>(7.567)</u>	-	-
Total	<u>227.333</u>	<u>229.832</u>	<u>11.056</u>	<u>27.043</u>

Cauções, fundos e depósitos vinculados - Garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento.

Ordens em curso - Compreende custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 20).

Despesas antecipadas - Refere-se antecipação de despesas com licença software, IPTU, PROINFA.

Contas a receber – CDE – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 5.396 (R\$ 7.086 em 31 de dezembro de 2017), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 86.533 (R\$ 95.407 em 31 de dezembro de 2017) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 38 (R\$ 43 em 31 de dezembro de 2017) (nota 23.3).

Em 2018 a Companhia efetuou o encontro de contas no montante a pagar de CDE (nota 17) e o contas a receber - CDE no montante de R\$ 480 (nota 23.3).

(12) INTANGÍVEL E ATIVO CONTRATUAL EM CURSO**12.1 Ativo Intangível**

	Direito de concessão		Outros ativos intangíveis	Total
	Infraestrutura de distribuição em serviço	Infraestrutura de distribuição em curso		
Saldo em 31/12/2016	1,815,478	237,007	2,465	2,054,951
Custo histórico	5,288,070	237,007	8,061	5,533,139
Amortização acumulada	(3,472,592)	-	(5,596)	(3,478,188)
Adições	-	753,782	-	753,782
Amortização	(236,050)	-	(359)	(236,409)
Transferência - intangíveis	311,950	(311,950)	-	-
Transferência - ativo financeiro	1,167	(385,833)	-	(384,666)
Baixa e transferência - outros ativos	(16,056)	-	-	(16,056)
Saldo em 31/12/2017	1,876,488	293,007	2,107	2,171,601
Custo histórico	5,489,460	293,007	8,061	5,790,528
Amortização acumulada	(3,612,972)	-	(5,954)	(3,618,927)
Amortização	(258,402)	-	(344)	(258,746)
Transferência - intangíveis	199,605	-	-	199,605
Transferência - ativo financeiro	22,739	-	-	22,739
Baixa e transferência - outros ativos	(18,286)	-	-	(18,286)
Adoção CPC 47 (nota 3)	-	(293,007)	-	(293,007)
Saldo em 31/12/2018	1,822,144	-	1,763	1,823,907
Custo histórico	5,563,906	-	8,061	5,571,967
Amortização acumulada	(3,741,762)	-	(6,298)	(3,748,060)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização” (nota 25).

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2018 foram capitalizados R\$ 6.459 a uma taxa média de 7,50% a.a. até abril de 2018 e 8,09% a.a. a partir de maio de 2018 (nota 26). Em 2017, foram capitalizados R\$ 7.728, a uma taxa de 8,17% em 2017.

Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

12.2 Ativo contratual em curso

De acordo com o CPC 47, os ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção, anteriormente classificados como intangível em curso, passaram a ser classificados como ativos de contrato (nota 3).

	Ativo contratual em curso
Saldo em 31/12/2017	-
Adoção CPC 47 (nota 3)	293.007
Adições	623.609
Transferência - intangíveis	(199.605)
Transferência - ativo financeiro	(286.732)
Saldo em 31/12/2018	430.279

(13) FORNECEDORES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Encargos de serviço do sistema	26.427	-
Suprimento de energia elétrica	654.111	964.168
Encargos de uso da rede elétrica	83.546	99.987
Materiais e serviços	151.191	294.489
Energia livre	111.337	104.638
Total	1.026.612	1.463.281

(14) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2018
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	214.879	-	(51.526)	6.509	-	(6.624)	163.238
Pós Fixado							
TJLP/TLP	158.211	405.000	(66.150)	11.157	-	(10.537)	497.681
Selic	32.687	-	(7.931)	2.612	-	(770)	26.597
Outros	2.410	-	(513)	127	-	(129)	1.895
Total ao custo	408.187	405.000	(126.120)	20.405	-	(18.060)	689.412
Gastos com captação (*)	(5.364)	(10.818)	-	3.695	-	-	(12.487)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	1.823.241	800.700	(1.666.538)	46.734	227.779	(48.303)	1.183.614
Euro	-	188.500	-	504	(2.266)	(361)	186.378
Marcação a mercado	(18.985)	-	-	(6.063)	-	-	(25.048)
Total ao valor justo	1.804.257	989.200	(1.666.538)	41.175	225.513	(48.664)	1.344.944
Total	2.207.079	1.383.382	(1.792.658)	65.275	225.513	(66.724)	2.021.868
Circulante	1.351.141						372.081
Não Circulante	855.938						1.649.787

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros a.a.		31/12/2018	31/12/2017	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional						
Pré fixado						
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 8%	(a)	154.788	197.975	2011 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINAME	Pré fixado de 4,5%		8.450	16.904	2012 a 2019	Aval da CPFL Energia
			<u>163.238</u>	<u>214.879</u>		
Pós fixado						
TJLP/TLP						
FINEM	TJLP/TLP + de 2,06% a 4,74%	(b)	497.681	158.211	2012 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			<u>497.681</u>	<u>158.211</u>		
SELIC						
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66%	(c)	26.597	32.687	2016 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			<u>26.597</u>	<u>32.687</u>		
Outros						
Outros	RGR (6% a 6,5%)		1.895	2.410	2013 a 2022	Recebíveis e notas promissórias
Total moeda nacional			<u>689.412</u>	<u>408.187</u>		
Gastos com captação (*)			<u>(12.487)</u>	<u>(5.364)</u>		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira						
Dólar						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,8% e 1,55%		599.290	979.757	2017 a 2021	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 3,56%		584.324	843.485	2022 a 2023	Aval da CPFL Energia e nota promissória
			<u>1.183.614</u>	<u>1.823.242</u>		
Euro						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,79%		186.378	-	2022	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado			<u>(25.048)</u>	<u>(18.985)</u>		
Total moeda estrangeira			<u>1.344.944</u>	<u>1.804.257</u>		
Total			<u>2.021.868</u>	<u>2.207.079</u>		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

(c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 1.344.944 (R\$ 1.804.257 em 31 de dezembro de 2017).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2018 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 25.048 (ganho de R\$ 18.985 em 31 de dezembro de 2017) compensados das perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 10.292 (perda de R\$ 17.154 em 31 de dezembro de 2017), contratados para proteção da variação cambial (nota 30), geraram um ganho total líquido de R\$ 14.756 (ganho total líquido de R\$ 1.831 em 31 de dezembro de 2017).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	398.191
2021	161.264
2022	567.660
2023	349.126
2024	51.889
2025 a 2027	142.670
Subtotal	1.670.802
Marcação a mercado	(21.014)
Total	1.649.787

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada % a.a.		% da dívida	
	2018	2017	31/12/2018	31/12/2017
TJLP e TLP	6,72 e 7,42	7,00	24,61	7,17
CDI	6,40	6,89	66,52	81,72
Outros			8,87	11,11
			100,00	100,00

Adições no exercício:

Moeda nacional:

FINEM VIII – A Companhia obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2018, no montante de R\$ 953.392, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, visando financiar os investimentos em redes elétricas, previstos para os anos de 2019 e 2020. No exercício de 2018 houve liberações de R\$ 405.000 (R\$ 394.182 líquidos dos gastos com captação) e o saldo remanescente de R\$ 548.392 deverá ser liberado até março de 2020.

Moeda estrangeira – Lei 4.131:

Dólar – Em 2018, a Companhia efetuou a captação no montante de R\$ 800.700 com juros que serão pagos trimestralmente. Os recursos captados foram destinados para reforço de capital de giro e refinanciamento de dívidas.

Euro – Em 2018, a Companhia efetuou a captação no montante de R\$ 188.500 com juros que serão pagos trimestralmente. Os recursos captados foram destinados para reforço de capital de giro e refinanciamento de dívidas.

Pré-pagamento

No ano de 2018, foram liquidados antecipadamente R\$ 761.770 de empréstimos, cujos vencimentos originais eram a partir de 2019.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a um índice que varia entre 3,50 e 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,9.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,72.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A.

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia, para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2018.

(15) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2018
Pós fixado						
CDI	522.134	1.380.000	(426.250)	119.672	(89.992)	1.505.564
IPCA	710.687	-	-	61.145	(29.471)	742.361
Total ao custo	1.232.821	1.380.000	(426.250)	180.817	(119.463)	2.247.926
Gastos com captação (*)	(14.957)	(979)	-	1.987	-	(13.950)
Total	1.217.864	1.379.021	(426.250)	182.804	(119.463)	2.233.976
Circulante	148.921					82.310
Não circulante	1.068.942					2.151.666

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros a.a.		31/12/2018	31/12/2017	Faixa de vencimento	Garantia
CDI	CDI + 0,48% a 0,83% (1) (a)		1.505.564	522.134	2018 a 2021	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 4,42% a 5,05% (b)		742.361	710.687	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia
	Total		2.247.926	1.232.821		
	Gastos com captação (*)		(13.950)	(14.957)		
	Total		2.233.976	1.217.864		

Taxa efetiva a.a.:

(a) 106% do CDI | CDI + 0,89%

(b) IPCA + 4,42% a 5,05%

(1) A Companhia possui swap convertendo o custo da operação de variação de taxa de juros para taxas pré-fixadas entre 6,67% e 6,72%

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2020	22.440
2021	1.404.717
2022	222.382
2023	184.748
2024	184.748
2025 a 2027	132.631
Total	2.151.666

Adições no exercício:

9ª emissão

Em 2018, foram subscritas e integralizadas 1.380.000 debêntures simples, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) o que gerou uma captação total de R\$ 1.380.000 (R\$ 1.379.021 líquida dos gastos de emissão), com pagamento de juros semestrais. Os recursos líquidos obtidos serão destinados para refinanciamento de dívidas e reforço do capital de giro.

Pré-pagamento

Em 2018, foram liquidados antecipadamente R\$ 308.396 da 7ª emissão de debêntures, cujo vencimento original era julho de 2019.

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2018.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados conforme abaixo:

16.1 – Características:

Atualmente vigora, para os funcionários um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1 de novembro de 1997, que contempla:
- Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável, que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

16.2 – Movimentações dos planos de benefício definido:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	5.123.238	4.615.061
Valor justo dos ativos do plano	(4.215.433)	(3.925.063)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>907.805</u>	<u>689.998</u>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2016	4.524.008	(3.723.563)
Custo do serviço corrente bruto	707	-
Rendimento esperado no ano	-	(392.819)
Juros sobre obrigação atuarial	476.613	-
Contribuições de participantes vertidas no ano	37	(37)
Contribuições de patrocinadoras	-	(50.308)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(137.872)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	225	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(6.993)	-
Benefícios pagos no ano	(379.536)	379.536
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2017	4.615.061	(3.925.063)
Custo do serviço corrente bruto	835	-
Rendimento esperado no ano	-	(359.588)
Juros sobre obrigação atuarial	421.083	-
Contribuições de participantes vertidas no ano	24	(24)
Contribuições de patrocinadoras	-	(65.096)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(264.569)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	485.142	-
Benefícios pagos no ano	(398.907)	398.907
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2018	5.123.238	(4.215.433)

16.3 - Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo atuarial líquido no início do ano	689.998	800.445
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	62.330	84.501
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	(65.096)	(50.308)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(264.569)	(137.872)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	-	225
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	485.142	(6.993)
Passivo atuarial líquido no final do ano	907.805	689.998
Outras contribuições	12.924	14.436
Total passivo	920.729	704.435
Circulante	64.647	45.606
Não circulante	856.082	658.829

16.4 - Contribuições e benefícios esperados:

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2019 estão apresentadas no montante de R\$ 122.135.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	
2019	410.624
2020	423.081
2021	434.881
2022	446.071
2023 a 2027	2.869.682
Total	4.584.339

Em 31 de dezembro de 2018, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 9,3 anos.

16.5 - Reconhecimento das despesas e receitas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2019 e as despesas reconhecidas em 2018 e 2017, são como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Estimadas</u>	<u>Realizadas</u>	<u>Realizadas</u>
Custo do serviço	925	835	707
Juros sobre obrigações atuariais	449.173	421.083	476.613
Rendimento esperado dos ativos do plano	(372.121)	(359.588)	(392.819)
Total da despesa (receita)	<u>77.977</u>	<u>62.330</u>	<u>84.501</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,10% a.a.	9,51% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,10% a.a.	9,51% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,56% a.a.	6,08% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

16.6 - Ativos do plano:

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, administrados pela Fundação CESP. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2019, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2018.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Renda fixa	77%	77%
Títulos públicos federais	55%	53%
Títulos privados (instituições financeiras)	3%	4%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	4%	2%
Outros investimentos de renda fixa	15%	17%
Renda variável	15%	15%
Fundos de investimento em ações	15%	15%
Investimentos estruturados	2%	3%
Fundos de investimento multimercado	2%	3%
Cotados em mercado ativo	94%	94%
Imóveis	3%	3%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	1%	1%
Depósitos judiciais e outros	1%	1%
Não cotados em mercado ativo	6%	6%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	<u>Meta 2019</u>
Renda Fixa	70,9%
Renda variável	9,6%
Imóveis	4,6%
Empréstimos e financiamentos	2,1%
Investimentos estruturados	5,8%
Investimentos no exterior	7,0%
	<u>100,0%</u>

A meta de alocação para 2019 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da FUNCESP efetuada ao final de 2018 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2019, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a FUNCESP atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Fundação.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na

análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

16.7 - Análise de sensibilidade:

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação do benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixos (alta), a obrigação de benefício teria aumento de R\$ 120.829 (redução de R\$ 115.987).
- Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 119.802 (aumento de R\$ 118.129).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,1% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 8,85% e 9,35% a.a.. A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

16.8 - Risco de investimento:

O plano de benefício da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da FUNCESP o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Fundação CESP utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: *VaR*, *Tracking Risk*, *Tracking Error* e *Stress Test*.

A Política de Investimentos da FUNCESP determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	884	693
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	-	121.949
Bandeiras tarifárias e outros	61.529	144.922
Total	<u>62.412</u>	<u>267.563</u>

Conta de desenvolvimento energético – CDE – O saldo de 2017 refere-se: (i) a quota anual de CDE no montante de R\$ 65.038, (ii) quota destinada à devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 22.450 e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 34.461. Em 2018 a Companhia efetuou o pagamento antecipado das quotas de CDE referente ao saldo de dezembro/18 e também efetuou o encontro de contas do montante a pagar e o contas a receber – CDE (nota 11) no montante de R\$ 480.

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), cujo valor a receber foi registrado através da emissão das faturas de energia (nota 23.4).

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	8.210	708
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.957	949
Imposto de renda e contribuição social a recolher	10.167	1.657
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	225.908	178.747
Programa de integração social - PIS	10.678	11.470
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	49.272	52.831
Outros	14.069	10.150
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	299.927	253.198
Total circulante	310.094	254.855

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	80.522	26.916	64.022	34.986
Cíveis	65.450	36.928	65.300	28.448
Fiscais				
FINSOCIAL	39.727	99.146	33.473	95.903
Imposto de renda	-	237.513	-	224.604
Outras	85.391	73.592	66.379	68.133
	<u>125.118</u>	<u>410.251</u>	<u>99.852</u>	<u>388.640</u>
Outros	2.814	-	7.506	-
Total	273.904	474.095	236.680	452.074

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2018
Trabalhistas	64.022	37.244	(13.522)	(20.329)	13.108	80.522
Cíveis	65.300	48.975	(15.712)	(44.948)	11.836	65.450
Fiscais	99.852	14.662	(88)	(374)	11.067	125.118
Outros	7.506	1.014	(2.164)	(3.776)	234	2.814
Total	236.680	101.894	(31.485)	(69.428)	36.243	273.904

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).

b. **Cíveis:**

Danos pessoais - Refere-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

Majoração tarifária - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE n.ºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado".

c. **Fiscais:**

FINSOCIAL - Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991. A Companhia CPFL Paulista ingressou com ação rescisória para discutir a decisão proferida em ação ordinária sobre a legitimidade da cobrança das majorações das alíquotas do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991, as quais foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para empresas que não são exclusivamente prestadora de serviços, situação em que se enquadra a Companhia, e que portanto deveria haver o recolhimento à alíquota de 0,5%.

Na época do ajuizamento da ação ordinária, a Companhia efetuou depósito judicial integral do valor considerado devido de FINSOCIAL (0,5%) e suas majorações (alíquotas de 1%, 1,2% e 2%).

Após decisão final do STF na ação rescisória da Companhia, ficou decidido que esta deveria retornar à instância inferior para comprovar sua condição de empresa vendedora de mercadorias. Desta forma, a Companhia apresentou manifestação requerendo o reconhecimento como tal e, conseqüentemente, o levantamento parcial do depósito judicial em seu favor, no que se refere ao valor da majoração das alíquotas (montante que ultrapassa 0,5%). Em 31 de dezembro de 2018 esta manifestação aguarda análise por parte das autoridades jurídicas.

Os assessores legais externos e a Administração classificam como (i) provável a chance de perda em relação ao valor depositado referente à alíquota de 0,5%, cujo montante em 31 de dezembro é de R\$ 39.727 e (ii) possível a chance de perda em relação ao valor referente à majoração das alíquotas no montante de R\$ 59.419.

Fiscais outras - Refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e Pis e Cofins. Com relação ao Pis e Cofins, a Companhia ajuizou ação judicial objetivando discutir a aplicação do Decreto nº 8.426/15, que majorou as respectivas alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras de 0% para 4,65%. Tendo sido acolhido seu pedido liminar para suspender a exigibilidade dos referidos tributos, a Companhia vêm, desde então, provisionando os valores que deixaram de ser recolhidos à Receita Federal do Brasil por

força da referida liminar. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo referente a esta ação é de R\$ 82.789.

A rubrica de outros são principalmente ações relacionadas à natureza regulatória.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, ou seja, é mais provável do que não (*“more likely than not”*) de que não haja desembolso para estes casos devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estavam assim representadas:

	31/12/2018	31/12/2017	Principais causas
Trabalhistas	175.800	220.111	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	456.393	407.678	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.711.608	1.645.780	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatório	14.876	11.537	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	2.358.677	2.285.106	

Fiscais – há uma discussão referente à dedutibilidade para imposto de renda da despesa reconhecida em 1997 referente ao compromisso assumido relativo ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP no montante estimado de R\$ 1.226.965, em razão de ter sido objeto de renegociação e novação de dívida naquele exercício. A Companhia, baseada em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), obteve resposta favorável constante na Nota MF/SRF/COSIT/GAB nº 157 de 09 de abril de 1998, e tomou a dedutibilidade fiscal da despesa, gerando conseqüentemente prejuízo fiscal naquele exercício. A despeito da resposta favorável da RFB, a Companhia foi autuada pelas Autoridades Fiscais e, em duas execuções fiscais oriundas destas autuações, efetuou depósitos judiciais no valor de R\$ 206.874 e garantias financeiras (carta fiança e seguro garantia). Baseada na posição atualizada dos advogados que conduzem este caso, a opinião da Administração é que o risco de perda é possível.

No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho (“TR”) pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho (“TR”), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente de acordo com a Lei n.º 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da Justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Consumidores e concessionárias	36.651	30.868	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	67.959	76.065	70.067	58.235
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	40.229	31.254	24.038	28.672
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	16.757	7.700	-	-
Adiantamentos	5.068	4.301	309	517
Descontos tarifários - CDE	2.017	-	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	136	163	-	-
Folha de pagamento	5.144	4.986	-	-
Participação nos lucros	22.503	18.494	3.824	2.645
Convênios de arrecadação	40.188	34.587	-	-
Outros	9.107	6.799	136	-
Total	245.759	215.216	98.374	90.069

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica

Consumidores e concessionárias: As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização.

Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

Adiantamentos: Referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços.

Descontos tarifários – CDE: Refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

Juros sobre empréstimos compulsórios: Referem-se a repasse de recursos oriundos da Eletrobrás aos consumidores industriais.

Participação nos lucros: Em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: Referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
Total	880.653.031	880.653.031	100,00

21.1 – Aumento de capital

Na Assembléia Geral Extraordinária (“AGE”) de 27 de abril de 2018, foi aprovado o aumento de capital social, sem emissão de novas ações, nos termos da Lei nº 6.404/1976 artigo nº 297, no montante total de R\$ 350.000 integralizado pela CPFL Energia, referente a créditos relativos a adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”).

21.2 - Dividendo e Juros sobre capital próprio (“JCP”)

Na Assembléia Geral Ordinária (“AGO”) de 27 de abril de 2018, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2017, através de (i) dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 49.798, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,056546882; (ii) dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 23.201, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,026345749 e (iii) Juros sobre Capital Próprio proposto (“JCP”), no valor total de R\$ 111.905 (R\$ 95.120 líquido de IRRF), sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,127070877 (R\$ 0,108010246 líquido de IRRF).

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2018:

- a) dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76 no montante de R\$ 24.597, sendo atribuído para cada ação o valor de R\$ 0,027930064.
- b) declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 129.663 (R\$ 110.214 líquido de IRRF) sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,147235563 (R\$ R\$ 0,125150228 líquido de IRRF) referentes aos resultados acumulados até então do segundo semestre de 2018.
- c) declaração de dividendo adicional proposto no montante de R\$ 397.190 atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ R\$ 0,451017274.

No exercício de 2018, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 100.120 referente a dividendos.

21.3 – Reversão da reserva estatutária do ativo financeiro da concessão.

Na AGE de 27 de abril de 2018 foi aprovada a reversão da reserva estatutária de ativo financeiro da concessão e a transferência do respectivo saldo de R\$ 404.298 para a conta de Lucros Acumulados.

21.4 - Reserva de capital

Refere-se basicamente ao “Benefício Fiscal do Intangível Incorporado” oriundo da incorporação da antiga controladora DOC 4, conforme mencionado na nota 9.2.

21.5 - Reserva de lucros

É composta por:

- (i) Reserva legal no montante de R\$ 81.435;
- (ii) Reserva de retenção de lucros para investimentos no montante de R\$ 109.658.
- (iii) Reserva estatutária – reforço de capital de giro de R\$ 442.645.

21.6 – Resultado abrangente acumulado

É composto por:

- (i) entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 586.695 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2);
- (ii) efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros com saldo credor de R\$ 14.018 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 48;

21.7 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	649.516
Reversão da reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	404.298
Efeitos negativos da adoção inicial do CPC 48	<u>(27.244)</u>
Lucro líquido base para destinação	1.026.570
Reserva legal	(32.476)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(442.645)
Juros sobre capital próprio	(129.663)
Dividendo mínimo obrigatório	(24.597)
Dividendo adicional proposto	(397.190)

Para este exercício, considerando o atual cenário macro com uma incipiente retomada econômica e, também considerando as incertezas quanto à hidrologia, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 442.645 à reserva estatutária - reforço de capital de giro.

(22) LUCRO POR AÇÃO

22.1 - Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	649.516	280.354
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	731.385.202
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	-	149.267.828
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	0,74	0,31
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	-	0,34

Nos exercícios de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	4.099.029	3.988.236	9.426	9.186	6.029.255	5.261.739
Industrial	28.457	29.345	2.548	2.759	1.482.939	1.530.911
Comercial	245.316	248.997	4.210	4.306	2.573.768	2.427.669
Rural	81.620	80.878	1.264	1.195	458.152	385.181
Poderes públicos	27.827	27.786	730	733	414.286	385.946
Iluminação pública	8.529	8.171	1.002	989	377.005	318.945
Serviço público	4.888	4.771	1.270	1.205	628.423	557.084
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	-	(42.647)
Fornecimento faturado	4.495.666	4.388.184	20.450	20.373	11.963.827	10.824.828
Consumo próprio	475	460	21	20	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	52.840	(87.716)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(4.462.163)	(3.895.984)
Fornecimento de energia elétrica	4.496.141	4.388.644	20.471	20.393	7.554.504	6.841.128
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			69	63	20.946	14.335
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(6.722)	(5.956)
Energia elétrica de curto prazo			861	2.579	297.983	664.123
Suprimento de energia elétrica			931	2.642	312.207	672.502
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					4.468.886	3.901.940
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					1.264.966	1.111.478
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(13.932)	-
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos					-	(15.357)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					655.417	807.317
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					641.124	793.583
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)					145.952	123.380
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares					547.366	509.262
Outras receitas e rendas					241.190	141.538
Outras receitas operacionais					7.950.969	7.373.141
Total da receita operacional bruta					15.817.680	14.886.770
Deduções da receita operacional						
ICMS					(2.398.068)	(2.199.598)
PIS					(248.060)	(230.611)
COFINS					(1.142.581)	(1.062.071)
ISS					(383)	(367)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(1.870.272)	(1.482.318)
Programa de P & D e eficiência energética					(90.673)	(83.804)
PROINFA					(72.259)	(70.520)
Bandeiras tarifárias e outros					(92.783)	(422.613)
Outros					(10.031)	(8.271)
					(5.925.110)	(5.560.175)
Receita operacional líquida					9.892.570	9.326.596

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária (“Proret”), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN Aneel nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de novembro de 2017, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como passivos financeiros setoriais e em obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas, apresentados líquidos no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25.

23.2 – Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), Reajuste Tarifário Anual (“RTA”), e Ajuste para reversão do Encargo de Energia de Reserva (“EER”) de Angra III.

Em 03 de abril de 2018, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.381, relativo a quarta revisão tarifária periódica - RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2018, em 12,68%, sendo 8,67% referentes ao reajuste tarifário econômico e 4,01% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 16,90%.

Em 04 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.217, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2017, em -0,80%, sendo 2,13% referentes ao reajuste tarifário econômico e -2,93% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -10,50%.

A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº 2.214, de 28 de março de 2017 a republicação das Tarifas de Energia – TE e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, com o objetivo de devolução da previsão do EER da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto – Unidade III (Angra III). O efeito médio percebido pelos consumidores foi negativo de -15,28% (conforme divulgado pela própria ANEEL). As tarifas resultantes desta reversão ficaram vigentes somente no mês de abril de 2017, no entanto, como o período de leitura do faturamento de cada unidade consumidora não coincide com o mês civil, essa redução se deu na receita faturada de abril e maio de 2017, tendo seu impacto diluído entre os dois períodos.

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2018, foi registrada receita de R\$ 547.366 (R\$ 509.262 no exercício de 2017), sendo: (i) R\$ 33.481 (R\$ 43.834 em 2017) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 477.375 (R\$ 428.581 em 2017) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 475 (R\$ 36.847 em 2017) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 36.035 de subvenção CCRBT. Estes itens foram registrados em contrapartida a outros créditos na rubrica contas a receber – CDE (nota 11), e outras contas a pagar na rubrica descontos tarifários – CDE (nota 20).

23.4 – Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias foi criado por meio da REN nº 547/2013, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Tal mecanismo busca, primordialmente, sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN. A bandeira verde indica condições favoráveis e a tarifa não sofre acréscimo. A bandeira amarela indica condições menos favoráveis e a bandeira vermelha, sendo segregada em dois patamares, é acionada em condições mais críticas. Para cada 100 KWh consumidos, antes dos efeitos tributários, a bandeira amarela resulta em acréscimos de R\$1,00 na tarifa, enquanto a bandeira vermelha, a depender do patamar, em R\$ 3,00 (patamar 1) e em R\$ 5,00 (patamar 2). Os valores informados estão vigentes desde decisão proferida pela Diretoria Colegiada na instauração da Audiência Pública nº 61/2017, a partir de 1º novembro de 2017.

Em 2018, a ANEEL homologou as Bandeiras Tarifárias faturadas de novembro de 2017 a outubro de 2018. O montante homologado nesse período foi de R\$ 576.367. Deste montante R\$ 164.196, referente a novembro e dezembro de 2017, foram utilizados para compensar parte do ativo e passivo financeiro setorial (nota 8) e R\$ 412.171 referente as homologações de janeiro a outubro de 2018, em função do Despacho de Encerramento nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017, foram classificados como constituição de ativo e passivo financeiro setorial. O montante de R\$ 61.522, referente a Bandeira Tarifária faturada de novembro e dezembro de 2018 não foi homologado e está registrado em taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.358, de 19 de dezembro de 2017, alterada pela REH nº 2.368 de 09 de fevereiro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes do ano de 2018. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE

em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Contudo, a ANEEL por meio da Audiência pública nº 37/2018 revisou o orçamento de 2018 e estabeleceu nova quota de CDE – USO, para os meses de setembro a dezembro de 2018, bem como manteve inalterada a quota de CDE – Energia, conforme REH nº 2.446 de 04 de setembro de 2018. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.004, de 15 de dezembro de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, cujos valores foram atualizados pela REH nº 2.231 de 25 de abril de 2017, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de abril de 2017 a março de 2018. A mesma resolução definiu também os valores para o período de abril de 2018 a março de 2020.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2018	2017	2018	2017
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	4.854	5.315	1.164.591	1.060.763
Energia de curto prazo	1.373	192	520.450	33.355
PROINFA	503	512	155.895	145.860
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	18.422	20.708	4.539.824	5.322.344
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(563.417)	(607.015)
Subtotal	25.152	26.727	5.817.342	5.955.308
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			872.352	652.021
Encargos de transporte de itaipu			116.204	72.180
Encargos de conexão			25.021	21.419
Encargos de uso do sistema de distribuição			23.936	15.495
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			(49.536)	(211.673)
Encargos de energia de reserva - EER			61.295	-
Crédito de PIS e COFINS			(97.057)	(50.823)
Subtotal			952.214	498.618
Total			6.769.557	6.453.927

(*) Conta de energia de reserva

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais				Total			
	2018	2017	2018	2017	Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
					2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Pessoal	280.520	276.625	-	2	54.284	57.338	72.195	72.362	-	-	406.999	406.327
Entidade de previdência privada	62.330	84.501	-	-	-	-	-	-	-	-	62.330	84.501
Material	67.666	65.282	611	389	1.612	(3.583)	5.778	11.638	-	-	75.667	73.726
Serviços de terceiros	129.370	123.674	1.612	1.217	121.275	122.966	141.301	125.577	-	-	393.559	373.433
Amortização	227.316	203.687	-	-	1.182	1.011	29.577	31.099	-	-	258.074	236.798
Custos com construção da infraestrutura	-	-	655.417	807.317	-	-	-	-	-	-	655.417	807.317
Outros	(3.391)	12.012	(3)	(3)	106.406	96.574	108.382	126.362	30.645	32.099	242.038	267.043
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	41.272	37.955	-	-	-	-	41.272	37.955
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	67.547	58.527	-	-	-	-	67.547	58.527
Arrendamentos e alugueis	-	-	-	-	-	-	2.605	2.684	-	-	2.605	2.684
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	12	-	5.424	5.605	-	-	5.436	5.605
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	80.954	104.969	-	-	80.954	104.969
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	1.326	1.217	-	-	1.326	1.217
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	30.668	32.281	30.668	32.281
Outros	(3.391)	12.012	(3)	(3)	(2.425)	92	18.074	11.887	(23)	(182)	12.232	23.806
Total	763.810	765.780	657.637	808.921	284.758	274.306	357.233	367.038	30.645	32.099	2.094.084	2.248.144

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	33.043	110.034
Acréscimos e multas moratórias	124.275	118.387
Atualização de créditos fiscais	4.861	5.665
Atualização de depósitos judiciais	22.159	29.703
Atualizações monetárias e cambiais	35.138	17.730
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	22.573	12.358
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	37.513	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(17.046)	(16.910)
Outros	16.119	15.333
Total	278.636	292.301
Despesas		
Encargos de dívidas	(232.650)	(242.843)
Atualizações monetárias e cambiais	(91.502)	(197.052)
(-) Juros capitalizados	6.459	7.728
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	-	(40.919)
Outros	(37.853)	(39.690)
Total	(355.546)	(512.776)
Resultado financeiro	(76.911)	(220.475)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,50% a.a. até abril de 2018 e, a partir de maio de 2018 a taxa média é de 8,09% a.a. sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 201.792 no exercício de 2018 (perdas de R\$ 114.718 em 2017) (nota 30).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2018 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S/A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S/A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos

através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A Companhia pagou em janeiro de 2018, faturas renegociadas de compra de energia com a CERAN, que tinham vencimento original de novembro a dezembro de 2017 e faturas de compra de energia com a CPFL Geração e faturas de prestação de serviço com a CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimentos, TI Nect Serviços de Informática e Nect Serviços Administrativos, cujos vencimentos originais eram de agosto a dezembro de 2017.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2018, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 6.186 (R\$ 7.177 em 2017). Este valor é composto por R\$ 4.526 (R\$ 5.942 em 2017) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 160 (R\$ 166 em 2017) de benefícios pós-emprego e R\$ 1.500 (R\$ 1.069 em 2017) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, são como seguem:

Empresas	Despesa / Custo	
	2018	2017
Encargos - Rede básica		
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	65.446	37.660

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017	2018	2017
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	223	-	29	-	-	(120)	(2.468)
CPFL Brasil Varejista S.A.	1	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.191	557	2.173	695	-	-	2.613	407
Companhia Luz e Força Santa Cruz (*)	-	-	-	-	-	-	-	(643)
Companhia Leste Paulista de Energia (*)	-	-	-	-	-	-	-	(184)
Companhia Sul Paulista de Energia (*)	-	-	-	-	-	-	-	(243)
Companhia Jaguari de Energia	794	132	282	22	-	-	(4.358)	(84)
Companhia Luz e Força de Mococa (*)	-	-	-	-	-	-	-	(125)
Rio Grande Energia S.A. (**)	1.619	352	176	28	-	-	(6.138)	(4.455)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.580	-	446	-	-	-	(10.270)	(10)
CPFL Geração de Energia S.A.	-	217	-	39	-	-	(113)	(2.232)
CPFL Energia S.A.	103	203	-	-	-	-	(595)	(2.401)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	5	79	5	4	-	-	-	(920)
Nect Serviços Administrativos Ltda.	5	7	-	51	-	-	39	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(21)	(25)
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(4)
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	-	(4)	(3)
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	241	239	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	7	6	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	875	866	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz (*)	-	-	-	-	-	13	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia (*)	-	-	-	-	-	2	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	-	-	33	12	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa (*)	-	-	-	-	-	4	-	-
Rio Grande Energia S.A. (**)	-	-	-	-	41	49	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	30	-	-	-	45	17	8	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	236	233	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	3	3	-	-
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	33	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	31	-	-	-	217	250	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	47	47	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	652	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	7	6	-	-
Adiantamentos - AFAC								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	350.000	-	-	-	-
Contrato de Mútuo								
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	100.429	-	-	205	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	80.343	-	-	468	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	202.810	-	-	-	-	-
Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviço								
Companhia Jaguari de Energia	4	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	12	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	125.329	73.661	9.243	12.663	-	40	50.827	35.728
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	21	-	2.373	11.044	-	-	25.250	24.489
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	509	9.231	-	-	18.853	17.871
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	3.008	32.214
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	74	-	-	-	150	173
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	685	12.631	-	-	25.688	25.243
CPFL Transmissão Piracaba S.A.	-	-	-	-	36	54	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	20	-	-	-	425	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.368	1.596	-	-	17.168	17.697	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	11.674	73.657	-	-	148.138	139.770
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	26	19	-	-	231	223
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	7.786	10.707	15	-	76.946	83.295
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	336	326	-	-	3.490	3.384
Campos Novos Energia S.A.	-	-	56.654	33.590	-	-	229.888	201.536
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	9.810	27.341	-	-	122.938	107.139
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	25.236	23.720	-	-	305.768	268.763
CPFL Renováveis - Consolidado	629	466	402	584	4.697	4.635	6.365	6.601
CPFL Transmissão Piracaba S.A.	-	-	212	275	-	-	9.624	9.459
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	10.864	3.931
Outras operações financeiras								
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	-	59	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	126	-	-	12	126
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	119	-	-	10	119
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	190	-	-	14	215
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	1.327	1.165

(*) As informações referente ao resultado de 2018 estão apresentadas na Companhia Jaguari de Energia em função da incorporação destas empresas em 31/12/2017.

(**) Os saldos de ativo e passivo e as operações de resultados realizadas após 31/10/2018, estão apresentadas na RGE Sul Distribuidora de Energia em função da incorporação dessa empresa pela RGE Sul Distribuidora de Energia.

(28) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	1.412.469
Transporte	Transporte nacional	180.092
Material estocado	Incêndio, raio, explosão e roubo	88.879
Automóveis	Cobertura para terceiros	5.203
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	35.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	49.855
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	206.500
Total		<u>1.977.997</u>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério de rateio.

(29) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 30. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 30.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

As chuvas abaixo do normal observadas no período de maio a setembro não causaram risco de abastecimento energético em 2018, porém incorreram em forte despacho termoeletrico e consequente redução da geração hidroelétrica, o que impactou significativamente os custos com compra de energia e encargos para os agentes do setor elétrico neste período.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas

cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de software (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2018	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	197.579	197.579
Derivativos	30	(a)	Nível 2	146.391	146.391
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	3.026.780	3.026.780
			Total	3.370.750	3.370.750
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	676.924	676.924
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14 (**)	(a)	Nível 2	1.344.944	1.344.944
Debêntures - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	2.233.976	2.240.329
Derivativos	30	(a)	Nível 2	6.231	6.231
			Total	4.262.075	4.268.428

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 6.063 em 2018 (um ganho de R\$ 347 em 2017).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurado ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE e (vii) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve em 2018 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$ 151.930 (R\$ 126.041 em 2017), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	146.390	-	146.390	153.704	(7.314)	US\$ + (Libor 3 meses + 0,8% e 1,55%) ou (2,74% a 3,56%)	105,5% a 116% do CDI	mar/19 a ago/23	1.023.016
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	-	(6.231)	(6.231)	(3.253)	(2.978)	Euro + 0,79%	103,5% do CDI	fev/22	188.500
Total	146.390	(6.231)	140.160	150.451	(10.292)				
Circulante	65.435	-							
Não circulante	80.955	(6.231)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre as dívidas, vide nota 14.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido conforme ocorre a amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Saldo em 31/12/2017	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado		Saldo em 31/12/2018
		Liquidação		
Para dívidas designadas a valor justo	258.941	200.576	(309.066)	150.451
Para dívidas não designadas a valor justo	434	(4.785)	4.351	-
Marcação a mercado (*)	(15.695)	5.403	-	(10.292)
Total	243.680	201.194	(304.715)	140.160

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2018 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 6.862 para as dívidas designadas a valor justo, (ii) perda de R\$ 1.459 para as dívidas não designadas a valor justo

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2018 e 2017, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)		Ganho (Perda) no resultado abrangente
	2018	2017	2018
Variação de taxas de juros	(4.784)	304	-
Marcação a mercado	(1.408)	2.268	(51)
Variação cambial	200.576	(89.612)	-
Marcação a mercado	7.409	(27.678)	(547)
Total	201.792	(114.718)	(597)

c) Ativos financeiros da concessão

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA, SELIC e TJLP), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2018 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa) no resultado		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.164.115)		(34.550)	265.116	564.783
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.190.828		35.343	(271.200)	(577.743)
	<u>26.713</u>	baixa dolar	<u>793</u>	<u>(6.084)</u>	<u>(12.960)</u>
Instrumentos financeiros passivos	(180.829)		(11.435)	36.631	84.697
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	184.784		11.685	(37.432)	(86.550)
	<u>3.955</u>	baixa euro	<u>250</u>	<u>(801)</u>	<u>(1.853)</u>
Total	<u><u>30.668</u></u>		<u><u>1.043</u></u>	<u><u>(6.885)</u></u>	<u><u>(14.813)</u></u>
Efeitos no resultado abrangente acumulado			760	(4.715)	(10.190)
Efeitos no resultado do exercício			283	(2.170)	(4.623)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.12.2018 foi de R\$ 3,87 para o dólar e R\$ 4,44 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 3,99 e R\$ 4,72 e a depreciação cambial de 2,97% e 6,32%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2018.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2018 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa) no resultado		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	139.342				9.155	11.443	13.732
Instrumentos financeiros passivos	(1.505.564)				(98.916)	(123.644)	(148.373)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(1.235.453)				(81.169)	(101.462)	(121.754)
	(2.601.675)	alta CDI	6,40%	6,57%	(170.930)	(213.663)	(256.395)
Instrumentos financeiros passivos	(497.681)				(34.987)	(26.240)	(17.493)
	(497.681)	alta TJLP e TLP	6,72% e 7,42%	7,03%	(34.987)	(26.240)	(17.493)
Instrumentos financeiros passivos	(742.361)				(24.795)	(18.596)	(12.397)
Ativo financeiro da concessão	3.026.780				101.094	75.821	50.547
	2.284.419	baixa IPCA	3,69%	3,34%	76.299	57.225	38.150
Ativos e passivos financeiros setoriais	787.989				51.613	38.710	25.807
Instrumentos financeiros passivos	(26.597)				(1.742)	(1.307)	(871)
	761.392	baixa SELIC	6,40%	6,55%	49.871	37.403	24.936
Total	(53.545)				(79.747)	(145.275)	(210.802)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					7	8	10
Efeitos no resultado do exercício					(79.754)	(145.283)	(210.812)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 11.345.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor, consistindo em um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber por tipo de contraparte era representada pelo saldo total registrado apresentado na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2018 e 2017 que os títulos tivessem uma perda por redução ao valor recuperável, utilizando o critério de perdas esperadas.

g) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2018, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2018	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13	1.019.259	7.353	-	-	-	-	1.026.612
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	11.626	194.277	279.123	750.101	987.986	225.332	2.448.445
Derivativos	30	-	30	159	532	6.300	-	7.021
Debêntures - principal e encargos	15	48.658	46.242	67.360	1.680.441	477.923	361.361	2.681.985
Taxas regulamentares	17	62.412	-	-	-	-	-	62.412
Outros	20	55.461	23.059	15.076	-	-	-	93.596
Consumidores e concessionárias		15.273	21.378	-	-	-	-	36.651
EPE / FNDCT / PROCEL		-	1.681	15.076	-	-	-	16.757
Convênio de arrecadação		40.188	-	-	-	-	-	40.188
Total		1.197.416	270.961	361.718	2.431.074	1.472.209	586.693	6.320.071

(31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2018, um valor de R\$ 6.459 (R\$ 7.728 em 2017) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

Em 2018 ocorreu a capitalização do AFAC no valor R\$ 350.000 (nota 21.1).

(32) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2018	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aluguéis	Até 3 anos	950	642	-	-	1.592
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 9 anos	4.413.391	9.248.634	10.042.709	19.331.135	43.035.869
Compra de energia de Itaipu	Até 9 anos	1.202.965	2.383.271	2.527.967	5.867.793	11.981.996
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 9 anos	1.009.195	2.757.827	3.617.838	7.253.711	14.638.571
Projetos de construção de subestação	Até 1 ano	110	-	-	-	110
Total		6.626.611	14.390.374	16.188.514	32.452.639	69.658.138

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

GUSTAVO ESTRELLA
Vice Presidente

OSVALDO CIA
Conselheiro

DIRETORIA

CARLOS ZAMBONI NETO
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

WAGNER LUIZ SCHNEIDER DE FREITAS
Diretor Administrativo

THIAGO FREIRE GUTH
Diretor de Operações

ROBERTO SARTORI
Diretor Comercial

ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA
Diretor de Assuntos Regulatórios

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

LIDIA TACHIBANA HIRAIDE
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP154.108/O-7



KPMG Auditores Independentes
Avenida Coronel Silva Telles, nº 977, 10º andar - Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6001
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da
Companhia Paulista de Força e Luz
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Força e Luz (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Força e Luz em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(a) Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada
(Notas explicativas 3.9 e 23 às demonstrações financeiras)

A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que, em alguns casos, sucedem ao período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Companhia acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores. Devido à relevância dos valores e do julgamento envolvido que podem impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvermos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Analisamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no desenvolvimento de tal estimativa, tais como índice de perdas técnicas e comerciais. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos pela Companhia com expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 11 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as demonstrações contábeis da **Companhia Paulista de Força e Luz** do período findo em 31 de dezembro de 2018;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da **Companhia Paulista de Força e Luz** do período findo em 31 de dezembro de 2018.

Campinas, 11 de março de 2019.

Carlos Zamboni Neto
Diretor Presidente

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores

Wagner Luiz Schneider de
Freitas
Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth
Diretor de Distribuição

Roberto Sartori
Diretor de Gestão de Energia

André Luiz Gomes da Silva
Diretor de Assuntos Regulatórios